

**RCD na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.536 - SP
(2019/0170765-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : EMPARE - EMPRESA PAULISTA DE REFRIGERANTES LTDA
ADVOGADOS : ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS - DF006811
LEONARDO FERNANDES RANNA E OUTRO(S) - DF024811
GUILHERME TILKIAN E OUTRO(S) - SP257226
PAULO ANTONIO RAMIREZ ASSAD - SP296883
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

DECISÃO

EMPARE - EMPRESA PAULISTA DE REFRIGERANTES LTDA. apresenta pedido de reconsideração contra decisão de fls. 449-454, em que deferi o pleito suspensivo da FAZENDA NACIONAL para sustar a decisão do vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), Desembargador Federal Nery Junior, nos autos da Petição Cível n. 0000047-85.2019.4.03.0000.

Nessa decisão, consignei o seguinte (fls. 453-454):

Os fatos e os argumentos apresentados pela requerente evidenciam que a decisão impugnada, de fato, provoca grave lesão à ordem e à economia pública.

A manutenção da decisão impugnada – que concedeu em parte pedido suspensivo a recurso especial – representa evidente risco para o crédito da União, tendo em vista a real possibilidade de levantamento de bens e valores que somam montante expressivo e cuja indisponibilidade foi determinada pelo Juízo de primeiro grau e confirmada pela Terceira Turma do TRF3.

Observa-se que a medida adotada pelo Vice-Presidente do TRF3, em contrariedade às decisões proferidas na origem, possibilita situação de grave risco para o erário e para a satisfação de crédito tributário da União. Ou seja, a decisão impugnada, ao desbloquear ativos financeiros da interessada e de outras empresas e sustar a indisponibilidade de bens antes determinada pelo Juízo de primeiro grau e ratificada pelo TRF3, originou o risco de frustração da satisfação de crédito da União com a possível dissipação de montante expressivo até então bloqueado.

Registre-se, por fim, conforme bem asseverado pela Juíza de primeiro grau, cujo entendimento foi mantido no acórdão da Terceira Turma do TRF3, "a indisponibilidade não significa a perda definitiva dos bens", mas trata-se de medida para evitar a dilapidação do patrimônio, que pode ser devolvido aos reais proprietários quando do julgamento final da ação (fl. 101).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, considerando o poder geral de cautela e buscando restabelecer o *status quo ante*, é necessário, em prol do interesse público, afastar a decisão que concedeu efeito suspensivo ao recurso especial e determinou, entre outras medidas, o desbloqueio dos ativos financeiros da interessada e de outras empresas.

Às fls. 462-467, a Fazenda Nacional, ora requerida, informou que, entre o protocolo do pedido suspensivo por ela formulado e a decisão que deferiu o pleito suspensivo, o Banco Safra S.A., cumprindo a ordem do vice-presidente do TRF3, transferiu mais de R\$ 67 milhões, bloqueados à disposição do Juízo da Medida Cautelar Fiscal n. 0000780-76.2018.4.03.61114, para conta à disposição do Juízo da recuperação judicial (Processo n. 1064813-83.2018.8.26.0100).

A Fazenda argumenta o seguinte: a) não há razão para tal transferência e não há decisão judicial com essa determinação; b) não se trata de conferir retroatividade à suspensão de liminar, mas de dar-lhe a abrangência e o resultado útil, desde o início postulado; c) o recurso especial interposto pela ora requerente foi admitido sem efeito suspensivo.

Assim, pede a Fazenda o retorno do depósito de R\$ 67.983.275,10 (sessenta e sete milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e dez centavos) mais correção monetária pertinente, à conta vinculada ao juízo da medida cautelar fiscal.

No pedido de reconsideração de fls. 482-493, a EMPARE, ora requerente, sustenta: a) a Fazenda Nacional é parte ilegítima para formular o presente pleito suspensivo; e b) a decisão do vice-presidente do TRF3, ora suspensa, determinou o desbloqueio de ativos financeiros da empresa e a transferência de montante bloqueado no Juízo federal ao Juízo universal da recuperação judicial, e não à recuperanda, ora requerente.

É o relatório. Decido.

Assiste razão à requerente.

Após reexame dos autos, verifico que não foi devidamente observada, na primeira análise do feito, a legitimidade da Fazenda Nacional para formular o pleito suspensivo de fls. 3-30.

Como visto, em 28/6/2018, deferi o pedido suspensivo por entender que a

manutenção da decisão impugnada – que concedera efeito suspensivo ao recurso especial interposto pela requerente e determinara, entre outras medidas, o desbloqueio dos seus ativos financeiros e de outras empresas – acarretava grave lesão à ordem e à economia públicas. Na oportunidade, atentei à preservação do interesse público, consubstanciado no risco de frustração da satisfação do crédito da União e na possível dissipação de montante expressivo até então bloqueado por Juízo federal.

No caso concreto, constato que a ação originária foi proposta pela Fazenda Nacional contra a requerente e outros (Medida Cautelar Fiscal n. 0000780-76.2018.4.03.6114). Portanto, a hipótese é oposta à exigida para cabimento do pleito suspensivo, isto é, a ação deve ser movida contra o Poder Público, e não por ele ajuizada.

Conforme o regime de contracautela previsto nas Leis n. 8.038/1990, 8.437/1992, 9.494/1997 e 12.016/2009, em controvérsias infraconstitucionais, compete à presidência do STJ suspender, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, os efeitos de decisões proferidas, em única ou última instância, pelos tribunais locais ou federais que concedem ordem mandamental ou que deferem liminar ou tutela de urgência nas causas ajuizadas em desfavor do Poder Público ou de quem o represente (art. 4º da Lei n. 8.437/1992).

A tramitação de ação cognitiva originariamente proposta contra o Poder Público é pressuposto para que o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso possa suspender a execução de decisões. Isso porque o propósito do instituto da suspensão de segurança é **reparar situação inesperada** ao Poder Público (AgInt na SLS n. 2.272/MA, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 14/9/2017; e EDcl nos EDcl no AgRg na SS n. 2.753/BA, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 14/4/2016).

Diante disso, entendo que se faz necessária a reforma da decisão de fls. 449-454, para torná-la sem efeito, haja vista que o pedido suspensivo formulado pela Fazenda Nacional esbarra em óbice processual que impede o seu conhecimento. Como consectário, o pedido da Fazenda Nacional às fls. 462-467 fica prejudicado.

Ante o exposto, **reconsidero a decisão de fls. 449-454, tornando-a sem efeito, para não conhecer do pleito suspensivo da Fazenda Nacional.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente